

## Reforçar a qualidade da informação sobre medicamentos

O plenário do Parlamento Europeu aprovou, em Novembro, várias recomendações apresentadas pelo Deputado Correia de Campos para evitar a difusão de publicidade encapotada a medicamentos sujeitos a receita médica. As medidas defendidas pelo eurodeputado socialista visam reforçar a qualidade da informação sobre medicamentos na União Europeia.

Correia de Campos recomenda à UE e aos Vinte e Sete Estados-Membros que facultem aos consumidores informação: fiável, baseada no conhecimento científico mais actual; independente - saber quem fornece e quem financia a informação para prevenir conflitos de interesse; acessível e orientada para um público médio e não



especializado.

As recomendações de Correia de Campos foram integradas no Relatório do Deputado Christofer Fjellner, votado em plenário, com propostas legislativas que melhoram a informação sobre os medicamentos sujeitos a receita. O Relatório contém as principais propostas que Correia de Campos apresentou no âmbito da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores do PE.

O Deputado considera que a distinção entre a informação e a publicidade não é clara e preconiza medidas que permitam concretizar essa distinção e evitar a publicidade encapotada. Correia de Campos defende igualmente que o prazo dado à

Agência Europeia para se manifestar sobre a informação a divulgar deve ser alargado dos 60 dias propostos pela Comissão Europeia para 90 dias e que a informação a circular na Internet deve ser sujeita a um controlo prévio da Agência Europeia de Medicamentos. Outra proposta aprovada insta à criação de uma base de dados europeia sobre os medicamentos, acessível ao público em geral, em todas as línguas oficiais da UE.

No debate que decorreu na sessão plenária, em Estrasburgo, Correia de Campos sublinhou a importância deste pacote legislativo. "Pretende-se criar uma cidadania mais esclarecida e responsável, por parte do utilizador final".

## Elisa Ferreira interpela Presidente do BCE sobre situação financeira

A Deputada Elisa Ferreira interpelou o Presidente do Banco Central Europeu sobre a actual situação financeira na UE. No debate durante a sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, com Jean Claude Trichet, a Deputada sublinhou que "a intervenção na Irlanda prova sobretudo que a União Europeia deveria ter avançado com uma solução comum para os bancos europeus, sobretudo para os grandes bancos, antes quase de ter tratado de qualquer outro assunto". "Hoje discutimos abertamente a falência dos Estados e ainda não temos uma proposta clara de solução para os bancos euro-



peus", afirmou.

"A intervenção na Grécia, e sobretudo a sua evolução, provam que a Europa necessita de soluções europeias e que a solução que está encontrada é sobretudo uma solução de ajuda bilateral, que sujeita cada país ao julgamento dos seus parceiros com critérios que não são claros, nem estáveis. Neste contexto, o Banco Central Europeu tem tido uma posição de âncora, preenchendo alguns dos vazios, nomeadamente em relação à vulnerabilidade da dívida soberana, mas não nos enganemos, não podemos continuar assim no médio prazo", sublinhou. Elisa Ferreira questionou o Pre-

sidente do BCE sobre a posição que a instituição pretende assumir relativamente a um figurino estável para a construção de um sistema verdadeiro de solidariedade e entre os Estados-Membros no que diz respeito à dívida soberana. "Precisamos disso e é bom que não recusemos olhar para a realidade", afirmou.

"Considera o Banco Central Europeu que a União Europeia pode sobreviver com as crescentes divergências de crescimento de que sofrem os Estados-Membros e sem nenhum instrumento comum que reponha alguma convergência nessas estratégias de crescimento?", questionou ainda.

### Acordo-Quadro UE-Líbia

## "É urgente proteger refugiados e migrantes"

Uma recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho, redigida pela eurodeputada Ana Gomes, sobre as negociações em curso com vista a finalizar o Acordo-Quadro UE-Líbia será debatida pela Comissão Parlamentar de Assuntos Externos e votada na plenária de Dezembro. Recolhendo dados como Relatora do PE sobre este Acordo-Quadro, Ana Gomes esteve na Líbia, entre 1 e 5 de Novembro, integrada numa Delegação oficial do PE, que reuniu com representantes das autoridades líbias e da sociedade civil. O programa incluiu também uma visita ao hospital de Benghazi e a um centro para detenção de migrantes.

Na opinião de Ana Gomes, "a UE não pode ignorar a Líbia, que tem uma posição estratégica no Mediterrâneo, integra a Parceria



Estratégica UE-Africa, tem importantes recursos energéticos, faz investimentos financeiros consideráveis na Europa e tem um papel na gestão de fluxos de migrantes que tentam vir para a Europa". Por isso, a deputada socialista defende um diálogo estruturado com a Líbia, que deverá ser en-

quadrado por elementos que considera essenciais: "a Líbia tem que dar um estatuto legal ao ACNUR e deve ser persuadida a assinar a Convenção de Genebra de 1951 relativa à protecção de refugiados. É também fundamental que a Líbia, que continua governada em regime de ditadura, dê passos na melhoria do respeito pelos direitos humanos, incluindo os dos migrantes e refugiados. A UE deve, ainda, pressionar a Líbia para assinar uma moratória com vista a pôr fim à pena de morte".

Por outro lado, a eurodeputada também não poupa críticas às instituições europeias: "lamentavelmente, o Conselho ainda não deu a conhecer ao Parlamento, apesar dos repetidos pedidos, o mandato que conferiu à Comissão para as negocia-

ções deste Acordo-Quadro, como deveria fazer nos termos do Tratado de Lisboa". Sendo que o Parlamento terá que dar consentimento ao Acordo, sublinhou, "penso que o Conselho terá todo o interesse em envolver o Parlamento desde já. Até porque o Parlamento não aceitará um Acordo que viole as obrigações legais da UE, como seria o caso se a Líbia aceitasse - o que não deverá acontecer - o pedido do Conselho para assinar um acordo de readmissão de migrantes, incluindo de migrantes de países terceiros". Para Ana Gomes "é uma inaceitável falta de escrupulos por parte do Conselho da UE querer livrar-se de migrantes e potenciais requerentes de asilo, reenviando-os para um país que pratica a pena de morte e viola sistematicamente os direitos humanos".

**Este mês,** Ana Gomes participou em duas conferências sobre corrupção. Em Bangueroque, na Tailândia, a Deputada participou na 14ª IACC - Conferência Internacional Anti-Corrupção, organizada pela ONG Transparency International, que reuniu mais de mil peritos e decisores da área, incluindo magistrados, polícias, jornalistas e activistas contra a corrupção. A Deputada participou ainda num workshop

sobre o fenómeno da corrupção, organizado pela Transparência e Integridade (o capítulo nacional da Transparency International) em Lisboa, a 26 de Novembro. Para a eurodeputada socialista, "combater a corrupção e o enriquecimento ilícito deve ser uma prioridade da UE, especialmente no actual contexto de crise económica". Ana Gomes interveio recentemente numa Conferência, no Instituto de Defesa

Nacional, para celebrar o 10º aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre "Mulheres, Paz e Segurança". A Secretária de Estado para a Igualdade, Elsa Pais, fez nessa ocasião a apresentação pública do Plano Nacional de Acção para a aplicação desta Resolução, que visa fazer participar mais mulheres nas missões militares e civis de gestão de crises e de manutenção da paz.